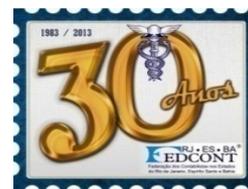




**BOLETIM ANO IV – Nº 163**

**Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2014**



## **Câmara Municipal de Nova Friburgo, sai na defesa da classe**

Chegou a hora de agirmos para defender os profissionais Técnicos em Contabilidade que já estão formados, os que estão se formando e os interessados em participar de nossa categoria e ainda vierem a se formar.

As Federações tem se empenhado de várias formas para essa Defesa, tendo inclusive conseguido uma Audiência Pública no Senado para levantar o problema que ocasionará a Lei 12.249/2010 (que incluiu o Parágrafo 2º no Art.12 do DL. 9295/46) aonde acaba a possibilidade de Técnicos em Contabilidade exercerem e se registrar como tal. O assunto que está deixando todos os profissionais e entidades sindicais compromissadas preocupados, já há algum tempo, precisa ter movimentação e união para ser fortalecido o pedido de Revogação junto ao Executivo.

Assim, sugerimos aos Sindicatos que verifiquem em sua base:

As escolas de nível técnico que ministram o curso técnico em contabilidade, para realização de abaixo assinado contendo nome, CPF e assinatura, com identificação da escola no corpo do documento e o pedido de revogação desse item da lei.

Movimentação junto a Câmara de Vereadores e/ou através de Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais eleitos e que sejam das cidades de sua base, **Manifestos** individuais ou conjuntos, para essa revogação. Para auxílio, estamos encaminhando em anexo, cópia do posicionamento da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Afinal não podemos andar da contramão das necessidades do mercado e de nosso país, nem perder esse segmento ou abri-lo para outras categorias se apropriarem dessas funções e prerrogativas que foram obtidas e mantidas até hoje, através de muita luta das Entidades Sindicais.

Leia o manifesto na íntegra acesse [www.fedcont.org.br](http://www.fedcont.org.br)

## **TST anula registro sindical da CNTU e ratifica a unicidade sindical nas entidades de grau superior**

O Tribunal Superior do Trabalho julgou em data de hoje (08/04/2014) o Recurso de Revista nº 124-39.2011.5.10.0019, no qual se discutiu a possibilidade do desmembramento sindical em grau superior, em processo no qual a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários – CNTU pretendia se desmembrar da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL. O

juízo teve como relator o Eminentíssimo Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que em seu voto condutor reafirmou que o princípio da unicidade sindical, encartado no art. 8º, II, da Constituição Federal, deve ser plenamente observado a fim impedir-se a existência de mais de uma entidade sindical representativa da mesma categoria na mesma base territorial. Assim, por unanimidade de votos a C. 7ª Turma do TST rejeitou o recurso interposto pela CNTU asseverando no mérito que a sua criação não observou os princípios de especificidade de representação de categoria - que autoriza os desmembramentos sindicais -, uma vez que possibilitava a filiação de qualquer Federação de profissionais liberais, assentando, ainda, que somente a CNPL pode deliberar sobre o seu desmembramento. A decisão confirmou também o acórdão do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que invalidou os atos constitutivos de fundação da CNTU - por violar o princípio da unicidade sindical. Participaram também do julgamento a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes e o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. O acórdão contendo a íntegra da decisão ainda será publicado.

## **Novos aumentos de tributos acontecerão em 2014, diz Mantega**

*PIS e Cofins na importação devem subir, diz ministro da Fazenda.  
Segundo ele, outras elevações também estão sendo estudadas.*

**Por Alexandre Martello**

Depois de **aumentar o imposto sobre cerveja, energéticos e isotônicos**, o governo federal continua avaliando novas elevações de tributos para acontecer ainda em 2014, ano eleitoral, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, nesta terça-feira (15).

O objetivo do governo é **compensar os R\$ 4 bilhões que estão sendo alocados**, a mais, na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para evitar uma elevação maior na conta de luz.

"Sobre importação [por meio do PIS e da Cofins], vamos ter [aumento]. E outras [altas de tributos] que não vamos anunciar [ainda] porque evita ter uma reação dos setores [que serão taxados]", afirmou Mantega a jornalistas.

Uma das hipóteses que estava sendo avaliada anteriormente era o aumento dos impostos sobre os cosméticos. O ministro Mantega não comentou essa possibilidade, mas o G1 apurou que o governo desistiu da ideia neste momento.

O ministro da Fazenda lembrou que, nos últimos anos, foram feitas reduções de tributos, como aqueles incidentes sobre a folha de pagamentos, sobre a cesta básica e para as micro e pequenas empresas inscritas no Simples Nacional.

"Reduzimos tributos do país. A principal redução vai permanecer, a da folha de pagamentos, da cesta básica e para o Simples. A trajetória de redução de tributos vai continuar. As reduções de IPI está sendo recompostas. E aí pode fazer uma recomposição maior ou menor. Estamos reduzindo os subsídios", acrescentou o ministro Mantega.

**Fonte: G1 Brasília – 17.04.2014**

## Fiscalização da Receita Federal é cada vez mais abrangente

### **Fernanda Bompan – agências**

Neste ano, a Receita Federal não deve focar sua fiscalização em um segmento específico. De acordo com especialistas, serão implementadas medidas pontuais para atender aos anseios da sociedade e do setor privado, como a notícia recente de que aumentará o controle das importações por meio da internet.

O sócio do setor tributário do Siqueira Castro, Jorge Zaninetti, comenta que não há nenhum fato que revele um aumento do cerco do fisco neste ano em algum setor específico. "De modo geral, evitar a sonegação é uma prioridade", disse.

Por outro lado, para o advogado Rafael Palma Bifano, do PLKC Advogados, mesmo assim, todos os setores devem ficar com a fiscalização neste ano, como a entrada do "período de maturação de regras implementadas entre três a quatro anos atrás". "Uma delas é se foram cumpridas as regras do Refis da crise (Lei 11.941 de 2009), para parcelamento dos débitos. Outra é se as mudanças do começo do Regime Tributário de Transição (RTT) foram tomadas. A fiscalização se dará no começo desta transição", aponta.

Outra medida, que entra no "período de maturação", é que, por isso, deve haver maior fiscalização neste ano, na opinião do advogado, é sobre as regras de subcapitalização que impuseram limites para filiais abaterem impostos ao pagarem empréstimos a sua matriz no exterior.

A tributarista Mary Elbe Queiroz, diretora da FocoFiscal Cursos e Capacitação, também ressalta que o fisco deve se atentar mais a empresas que contratam pessoas jurídicas como funcionários. "Aquela empresa que elimina um setor e o terceiriza por meio da criação de uma companhia com funcionários registrados como pessoa jurídica serão alvo de fiscalização", cita, ao acrescentar que também neste período de declaração de imposto de renda de pessoa física, há um cerco maior nos contribuintes.

### **Importação**

De acordo com o advogado do Siqueira Castro, no caso de medidas para reduzir a importação ilegal, como a anunciada na semana passada, a fiscalização se torna uma necessidade com o aumento do comércio eletrônico. "À medida que o volume de importações cresce, chama atenção da Receita", diz. "É como uma resposta aos pedidos da indústria nacional para reduzir as importações. Mas a prioridade deveria ser ainda de controlar a prática de descaminho, conhecida como contrabando, que é o que prejudica nossas empresas."

Na semana passada, a Receita Federal confirmou que desenvolve um sistema informatizado com a Empresa Brasileira de Correios (ECT) para fechar o cerco às importações irregulares de produtos por meio da Internet. O sistema vai coletar dados das remessas postais e depois transformá-los em informações que permitirão à Receita traçar estratégias de fiscalização.

O projeto está em fase de desenvolvimento. Mas a previsão é que seja concluído no fim do ano.

O novo sistema permitirá ainda que o cidadão, ao comprar um produto, possa fazer a autorregularização e pagar os impostos antecipadamente. Se a pessoa não se regularizar poderá receber multas e taxações. A maioria das encomendas vem de avião. Encomendas até US\$ 50

(de pessoa física para pessoa física) não geram tributação. Pessoas jurídicas não têm isenção de tributos.

"Essa questão da importação é uma novidade. Até vejo, pessoalmente, com bons olhos essa medida, porque deve proteger a indústria local. Mas ainda não dá para quantificar o quanto deve ajudar na arrecadação federal", afirma o advogado do PLCK.

De qualquer forma, Mary Elbe afirma que a fiscalização deste ano deve ajudar na arrecadação de impostos federais e que, com a economia ainda em ritmo lento, o cerco será cada vez mais especializado em todos os setores.

No passado, a fiscalização da Receita Federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 190,1 bilhões, valor que superou em 63,5% o total das autuações ocorridas no ano de 2012 e foi recorde para essas operações.

Para 2014, são esperados créditos de R\$ 140 bilhões, e 17.176 contribuintes já estão identificados e seus respectivos indícios de infração à legislação tributária mapeados, segundo o fisco.

Fonte: DCI – SP / Fenacon – 16.04.2014

## **Salário-mínimo será de R\$ 779,79 em 2015**

*Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias estima que economia crescerá 3% em 2015 e que a inflação ficará em 5%*

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) encaminhado pelo governo, nesta terça-feira, calcula o reajuste do salário-mínimo para 2015 em R\$ 779,79. O valor é 7,71% superior ao atual, de R\$ 724,00. O aumento apontado para o ano que vem supera percentualmente o ocorrido neste ano, de 6,78%.

Pelo PLDO, o governo estima que o crescimento da economia em 2015 será de 3%. A inflação em 12 meses, ao fim de dezembro, está projetada em 5%. As novas estimativas mostram uma deterioração das expectativas do governo em relação à economia.

Há um ano, quando o governo divulgou a LDO de 2014, a área econômica estimava que o PIB (produção de bens e serviços da economia) teria crescimento de 5% em 2015, com inflação de 4,5%. Para 2016 e 2017, o governo estima expansão do PIB de 4%.

A LDO de 2015 prevê que a dívida líquida do setor público no ano que vem será de 33% do PIB, ante 33,6% em 2014. A dívida líquida deve cair para 32,1% do PIB em 2016 e 2017, segundo as projeções do governo. A dívida bruta projetada é de 55,2% do PIB em 2015, ante 56,8% do PIB em 2014.

O governo federal promete esforço fiscal maior em 2015 do que em 2014, com superávit nominal mínimo de 2% para o próximo ano. Segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a meta de superávit primário do setor público consolidado será de R\$ 143,3 bilhões, o equivalente a 2,50% do PIB.

Para este ano, no entanto, a meta de superávit primário das contas do setor público é menor: de R\$ 99 bilhões, o equivalente a 1,9 % do PIB. Trata-se de proporção idêntica à obtida em 2013.

A meta de superávit primário mínimo para 2015 é de R\$ 114,7 bilhões (2% do PIB), diz o documento. Os abatimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) podem ser de até R\$ 28,7 bilhões, o que representa 0,5% do PIB.

A meta do governo central para o próximo ano é de R\$ 114,7 bilhões, ou 2% do PIB. Para estados e municípios, é de R\$ 28,7 bilhões, ou 0,5% do PIB. Para este ano, os valores são menores: a meta fiscal dos governos regionais é de R\$ 18,2 bilhões, o equivalente a 0,35% do PIB. Já a meta fiscal do governo central é de R\$ 80,8 bilhões, ou 1,55% do PIB.

A LDO tem de ser enviada pelo Executivo ao Congresso até 15 de abril e aprovada pelo Legislativo até 30 de junho. Se não for aprovada nesse período, o Congresso não pode entrar em recesso em julho. A aprovação da LDO é a base para elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser apreciada pelo Congresso Nacional até agosto.

Como é lei, após sancionada, nenhum governante deve aumentar despesas, gastar mais do que está previsto na Lei Orçamentária ou criar impostos para o pagamento de suas contas sem autorização do Legislativo.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO passou a ter um papel importante na condução da política fiscal do governo, devendo estabelecer e indicar as metas fiscais a serem atingidas a cada exercício financeiro a que se refere.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, argumentou que o compromisso de um esforço primário maior está ancorado, não só no aumento das receitas decorrentes do crescimento da economia, como no controle da despesa e na redução de subsídios. Questionado sobre as previsões do mercado para o crescimento da economia, que são menores do que os 3% projetados pelo governo federal, Mantega afirmou que “as projeções que falam em 2% para 2015 são bastante preliminares”. Na visão do ministro, “ninguém considera muito sustentáveis essas projeções. Eu prefiro me alinhar a projeções internacionais, que consideram a retomada da economia internacional em 2015. A projeção de crescimento de 3% para a economia brasileira é bastante realista”.

O ministro assegurou que os mercados estão otimistas em relação à retomada da economia mundial. “Acabo de voltar de vários debates onde é unânime que há recuperação e que a crise está sendo superada. A dúvida é saber qual será o ritmo dessa recuperação. Que ela está em curso ninguém duvida e mercados acreditam nisso.”

Ministro vê despesas com pagamento de remunerações sob controle

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que as despesas relacionadas ao salário-mínimo estão sob controle. “Temos visto que, nos últimos anos, temos dado reajustes (no valor do salário-mínimo) e temos conseguido controlar o gasto da folha de pagamento. É uma despesa que está sob controle”, afirmou. Mantega lembrou que a regra para o salário-mínimo está fixada até 2015 e, naquele ano, caberá discutir a nova regra para os próximos anos.

Mantega afirmou ainda que o Banco Central está fazendo uma política monetária contracionista. “Temos taxa de juros elevada, que está combatendo inflação e expectativas”, disse. “Não costumo fazer longos comentários sobre juros. O que o Banco Central está fazendo é adequado para manter a inflação sob controle. E, com superávit primário, também estaremos colaborando para ancorar expectativas inflacionárias”, completou.

Para o ministro, a recuperação mais consistente da economia mundial em 2015 permite um crescimento econômico maior do Brasil. Segundo ele, a projeção de aumento do PIB no ano que vem, incluída na LDO de 2015, considera um cenário de crescimento maior da economia mundial. Mantega disse que a recuperação mundial já está em curso, mas o processo estará mais consolidado em 2015. “Com a recuperação da economia mundial, estamos considerando que

haverá um crescimento gradual da economia brasileira. Um crescimento um pouco maior em 2015 do que 2014 vai nos permitir a reversão dos estímulos econômicos.”

O ministro lembrou que o governo já iniciou a retirada desses estímulos concedidos durante a crise mundial, mas continuará nesse processo também em 2015 para garantir uma consolidação fiscal maior. “Estamos passando de 2013 para 2014 com um crescimento maior dos países avançados e emergentes. Não há muita dúvida sobre essa trajetória. Estou voltando de reunião do FMI e do G-20, e todos os meus colegas compartilham da recuperação do crescimento da economia mundial”, afirmou.

Mantega calcula que a inflação medida pelo IPCA pode ser menor em 2015 se não houver inflação de alimentos, que ocorre neste momento. “Tivemos aumento do preço de hortifrutigranjeiros, que se deve à seca. Também têm fatores sazonais.”

Fonte: JC Porto Alegre – 16.04.2014

## **Senado aprova MP que altera tributação de empresas brasileiras no exterior**

Isso propiciou a aprovação da medida antes que ela perdesse a validade por decurso de prazo.

Mariana Jungmann

O plenário do Senado aprovou, em votação simbólica, o texto enviado pela Câmara da Medida Provisória 627/2013, que altera a forma de tributação dos lucros obtidos por empresas brasileiras no exterior. Apesar de a matéria ter recebido vários acréscimos polêmicos na Câmara, os senadores conseguiram um acordo de procedimento com a oposição para propiciar a votação simbólica com a promessa de que alguns trechos serão vetados pela presidenta Dilma Rousseff. Isso propiciou a aprovação da medida antes que ela perdesse a validade por decurso de prazo.

O texto principal da MP 627/13 altera a legislação tributária federal de vários impostos, como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além de revogar o Regime Tributário de Transição (RTT). O objetivo é resolver impasses judiciais provocados pela tributação dos lucros das empresas controladas ou coligadas no exterior.

Foi mantida a proposta de renegociação de dívidas do texto original da MP, que prevê que o pagamento dos tributos poderá ser feito em oito anos, sendo que 12,5% do lucro devem ser incorporados ao balanço no primeiro ano. O texto também manteve a tributação do lucro de empresa controlada no exterior, que tenha sido reinvestido na mesma empresa.

O relatório do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) aprovado na comissão especial mista que analisou a MP acrescentou diversos temas considerados “estranhos” à matéria principal pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Com base na Lei Complementar 95/98, que proíbe esse tipo de emenda, o presidente da Câmara chegou a retirar duas dessas emendas da matéria que foi votada pelos deputados. Um deles tratava da dispensa do pagamento de taxa para o bacharel em direito prestar o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o outro exigia carteira de motorista para a condução de bicicletas elétricas.

No entanto, outros assuntos que foram acrescentados como a renegociação das dívidas de produtores rurais atingidos pela seca e a imposição de um teto para o pagamento de multas por operadoras de planos de saúde foram mantidas tanto na Câmara quanto no Senado. Essa última emenda está entre as que têm promessa de veto por parte dos governistas.

Como o texto não sofreu emendas de mérito no Senado, ele segue agora diretamente para análise da presidenta Dilma Rousseff. Ela terá prazo de 15 dias úteis para sancionar parcialmente o projeto de lei de conversão no qual a MP original foi transformada e determinar a publicação no Diário Oficial da União.

**Fonte: Agência Brasil -16.04.2014**

**Filiado a:**

